

Avaliação do estado atual de implementação do Projeto Orla

PRODUTO 5

Relatório Intermediário

CONSOLIDAÇÃO DOS TEMAS DISCUTIDOS NO WORKSHOP

REALIZADO DURANTE O

2º SEMINÁRIO NACIONAL DO PROJETO ORLA

Agosto de 2008

CRÉDITOS**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA**
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – SMCQ
Departamento de Qualidade Ambiental - DQA

Ministro de Estado	Carlos Minc
Secretária da SMCQ	Suzana Kahn Ribeiro
Diretor Dep. de Qualidade Ambiental na Indústria	Rudolf de Noronha
Gerente de Qualidade Costeira e do Ar	Ademilson Zamboni
Coordenadora do Projeto Orla	Márcia Oliveira

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – MP
Secretaria do Patrimônio da União – SPU

Ministro de Estado	Paulo Bernardo Silva
Secretária da SPU	Alexandra Reschke
Coordenação de Gestão Patrimonial	Cristiane Guinancio

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM

Superintendente Geral	Paulo Timm
Coordenador Geral	Victor Zveibil
Equipe Técnica	Alberto Lopes Adriana Nascentes Ricardo Voivodic Delaine Martins Costa Eduardo Domingues Henrique Barandier Maria da Graça Ribeiro das Neves
Estagiária	Ana Paula Vasconcelos
Apoio Administrativo	Fátima Meireles

ÍNDICE

ANEXOS

ANEXO A. Programa do II Seminário do Projeto Orla

ANEXO B. Apresentação em “power point” dos resultados preliminares da pesquisa

ANEXO C. Cartilha do Seminário

ANEXO D. Insumos do Workshop (folha de instruções, quadro de recomendações e listagem das recomendações preliminares)

ANEXO E. Resultado das dinâmicas em grupo (propostas dos grupos e lista de presença dos participantes)

ANEXO F. Lista de Abreviaturas e Siglas

APRESENTAÇÃO

Este documento constitui o Produto 5 - Relatório Intermediário e contém a consolidação da discussão das propostas preliminares para o fortalecimento da implementação do Projeto Orla, com base nos resultados dos *grupos de trabalho* realizados durante o II Seminário do Projeto Orla, que abrigou o *workshop* previsto no Contrato de Prestação de Serviços nº 08/47-4754.

O relatório inicia com o contexto do Projeto e a descrição do objetivo da assessoria técnica. Em seguida ilustra o andamento do trabalho desenvolvido em três etapas e apresenta o relato sobre o Seminário, incluindo a metodologia utilizada no *workshop*, e conclui com a apresentação dos resultados da dinâmica em grupo.

1. CONTEXTO

O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla – é uma iniciativa do Governo Federal, desenvolvida a partir de uma proposição do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GIGERCO) da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) e tem como coordenadores a Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente (SMCQ/MMA) e a Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento (SPU/MP). O Projeto Orla vem sendo implementado desde 2001, inicialmente em caráter experimental e, posteriormente, nos municípios participantes do Programa Nacional de Meio Ambiente II (PNMA II). Até o presente momento o Projeto foi implementado em mais de 58 municípios, de quatorze estados.

Dentro de seu escopo de trabalho, o principal objetivo do Projeto Orla é compatibilizar as políticas ambientais e patrimoniais do Governo Federal no trato dos espaços litorâneos sob propriedade ou guarda da União. Assim, se propôs, inicialmente, a estabelecer uma nova normatização no uso e gestão dos terrenos e dos acréscimos de marinha, que consolidasse uma orientação cooperativa e harmônica entre as ações e as políticas de governo praticadas na orla marítima.

O Projeto Orla é orientado pelo conceito de planejamento governamental que preconiza a gestão compartilhada entre as três esferas de governo, e busca, em sua concepção, a efetivação de parcerias intergovernamentais e com a sociedade civil organizada, com o objetivo de estabelecer uma atuação articulada nos vários setores da gestão pública.

Dada a sua natureza e os seus objetivos, o Projeto Orla pressupõe o Município como o principal agente no processo de gestão da orla marítima, tendo esta esfera de governo o papel de definidor e executor das ações locais. Porém, durante a implementação do Projeto foram observados diferentes níveis de capacidades locais alcançados e de desafios presentes em cada município. Esta e outras razões suscitaram a necessidade de uma avaliação do estado atual de implementação do Projeto Orla para a identificação de estratégias de sua continuidade a serem adotadas pelo MMA e MP/SPU.

A avaliação é oportuna, tendo em vista a oportunidade de oferecer novos insumos para tornar ainda mais eficaz a implementação dos PGIs dos municípios já contemplados, bem como garantir condições de melhores resultados para os municípios ainda não incorporados ao Projeto.

2. OBJETIVO DA ASSESSORIA TÉCNICA

A assessoria técnica objetiva avaliar o estado atual da implementação do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla, com base em três componentes de análise: institucional, operacional e político; e propor estratégias para o seu fortalecimento e aperfeiçoamento, com vistas a consolidar sua integração institucional e a sua melhor apropriação pelos municípios participantes do processo. Pretende-se, assim, promover a incorporação do conceito de gestão integrada para a melhoria da qualidade dos projetos realizados pelos municípios e apoiados pelo MMA e SPU, bem como identificar as demandas estratégicas de continuidade, aprofundamento e assistência permanente e diferenciada aos municípios.

A avaliação do Projeto Orla tem como objetivos específicos:

- Identificar as fragilidades nos municípios para a implementação do Projeto Orla, por meio da aplicação de instrumentos de pesquisa;
- Propor critério de agrupamento de municípios segundo categorias que considerem os componentes de análise político, institucional e operacional;
- Propor recomendações objetivando o aperfeiçoamento do Projeto.

A avaliação deverá subsidiar um conjunto de proposições voltadas para a superação dos seguintes desafios:

- Retomar o Projeto junto aos municípios atendidos, realizando a revisão dos PGIs e aperfeiçoando a estratégia de apoio à implementação de suas ações;
- Tornar mais efetivo o processo de mobilização local e de legitimação das ações, por meio do envolvimento das comunidades e outros atores locais nos processos participativos;
- Melhorar a atuação das Comissões Técnicas Estaduais e os mecanismos de acompanhamento dos Comitês Gestores Locais;
- Categorizar os municípios em função das necessidades de apoio à execução do Projeto de forma a aprimorar os critérios para inserção de novas localidades;
- Estimular e promover a adesão dos municípios da orla que ainda não participam do Projeto.

3. ANDAMENTO DO TRABALHO

O trabalho de avaliação foi dividido em três etapas:

Etapa 1- Planejamento

Preparação de pesquisa ampla junto às 14 Coordenações Estaduais e aos 58 municípios envolvidos no Projeto até o momento, por meio de pesquisa eletrônica, composta de questionários com instruções ao seu preenchimento, visando identificar dificuldades e avanços alcançados pelo Projeto e programar os estudos de caso.

Etapa 2 - Pesquisa

Aplicação à distância dos questionários eletrônicos e realização de oito estudos de caso *in loco* em municípios selecionados em cinco estados, aprofundando as análises preliminares oriundas dos questionários através de oficinas de trabalho e entrevistas semi-estruturadas com interlocutores selecionados. As oficinas contaram com a participação das equipes técnicas municipais e dos respectivos Comitês Gestores Locais. Os Estudos de Caso foram realizados nos seguintes municípios: Fortaleza-CE; Tibau do Sul-RN; Cabo de Santo Agostinho-PE; Armação dos Búzios-RJ; Cabo Frio-RJ; Rio das Ostras-RJ; Macaé-RJ e Itapema-SC.

Etapa 3 - Proposições

A partir da consolidação dos resultados da pesquisa, foram desenvolvidas estratégias e propostas de instrumentos de planejamento e ações voltados para a superação dos obstáculos identificados, visando a melhoria da capacidade de gestão local integrada da orla marítima.

Estas estratégias e propostas preliminares foram sistematizadas no Produto 4, que antecedeu o presente relatório, e serviram de insumo para a preparação do material apresentado no II Seminário Nacional do Projeto Orla, onde foram divulgados e debatidos os principais resultados da pesquisa. Anteriormente previsto para ocorrer em Brasília, no formato de *workshop*, o Seminário ampliou sua abrangência e foi realizado em Salvador-BA entre os dias 06 e 08 de agosto p.p. Nesse novo formato do evento, ampliado, foi organizado um *workshop* com dinâmicas e atividades específicas, como uma etapa de trabalho coletivo do processo de avaliação do Projeto Orla. O programa do seminário encontra-se no Anexo A deste documento.

A seguir é apresentado um resumo dos trabalhos do Seminário, da metodologia utilizada para o *workshop* e do resultado dos trabalhos em grupo.

4. O SEMINÁRIO

4.1. Breve relato sobre o Seminário

Conforme pode ser observado no programa do II Seminário do Projeto Orla (Anexo A), além da apresentação e discussão das propostas de fortalecimento do Projeto, o evento compreendeu também as apresentações do *Macrodiagnóstico da Zona Costeira*, como instrumento referencial de gestão territorial, e da *Política de Gestão do Patrimônio da União*, como instrumento de regulação fundiária, com a finalidade de orientar as ações que irão compor a Agenda do Projeto Orla.

O evento contou com a participação de aproximadamente 120 representantes dos diversos setores presentes no arranjo institucional do Projeto Orla. Além dos representantes oficiais dos Ministérios do Meio Ambiente (MMA), através da Secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ), Suzana Kahn, e do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), através da Secretária do Patrimônio da União (SPU), Alexandra Reschke, estavam presentes autoridades do Governo do Estado da Bahia, da Capitania dos Portos, do IBAMA, da APEDEMA, entre outros. Demais representantes dividiam-se em três grupos principais: técnicos e autoridades dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs), das Gerencias do Patrimônio da União (GRPUs) e dos Municípios que participaram dos Estudos de Caso.

O Seminário iniciou com uma abertura solene na noite de quarta-feira, dia 6 de agosto, com as falas das autoridades que compuseram a mesa, seguido pela palestra sobre o pacto federativo proferida pelo Superintendente da área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do IBAM, Victor Zveibil, que ilustrou o desafio do Projeto Orla frente ao arranjo previsto entre os três entes federados e necessário para a sua implementação.

Os dois dias que se seguiram à abertura foram divididos em momentos de exposição, com atenção especial para a apresentação dos resultados da pesquisa e recomendações preliminares, que serviu de insumo para as discussões em grupo previstas na etapa do *workshop*, conforme descrito no item seguinte.

4.2. Metodologia do Workshop

A metodologia do *workshop* valeu-se de três momentos-chave conforme descrito a seguir:

Palestra

Na manhã do segundo dia do Seminário foi feita a exposição dos resultados da pesquisa, realizada pela equipe do IBAM, através de *slides* com os seguintes conteúdos (Anexo B): objetivos do Projeto Orla, objetivo da avaliação e respectivos desafios, metodologia da avaliação, resultados da avaliação e recomendações preliminares, fechando com a apresentação da dinâmica do trabalho em grupo, detalhada no item seguinte.

Após a exposição foi aberta uma sessão de 25 minutos para que os participantes pudessem fazer perguntas e comentários sobre o conteúdo apresentado.

Trabalhos em grupo

Conforme descrito no item 4.1, a apresentação dos resultados da pesquisa e das recomendações preliminares em plenária foi o ponto de partida para as discussões de grupo. Instruções básicas para o trabalho em grupo foram preparadas e distribuídas para os moderadores e instrutores do Projeto Orla que estavam apoiando a atividade. Nestas instruções foram definidos os objetivos e produtos esperados, temas e questões gerais a serem debatidas, tempos destinados a cada etapa da atividade, orientação para a composição dos grupos, dinâmica de trabalho proposta e material de apoio aos grupos.

A partir das análises dos resultados da pesquisa, realizada com base nos componentes político, institucional e operacional, optou-se pela divisão temática em três eixos estratégicos de ação que refletem as questões consideradas chave para o fortalecimento do Projeto Orla, considerando ainda que a avaliação incide primordialmente sobre o ciclo de implementação do Projeto e o seu arranjo institucional. Os três eixos estratégicos de ação e os respectivos conceitos são:

- a. Divulgação, mobilização e sensibilização pública – na linha de análise do componente político, este eixo visa atender a necessidade de criar um espaço político amplo de interesse do Projeto e inserir a “Agenda Orla” nas agendas específicas dos diferentes agentes implicados no assunto.
- b. Fortalecimento institucional – pela complexidade e inter-relação dos temas tratados pelo Projeto Orla – meio ambiente, patrimônio e ordenamento territorial – associados

ao compartilhamento das competências na sua gestão, este eixo contempla a necessidade de aprimoramento do arranjo institucional do Projeto e sua regulamentação, assim como da capacitação daqueles que, representando suas entidades, estarão à frente da implementação das ações previstas nos Planos de Gestão Integrada da Orla Marítima (PGI).

- c. Fomento e apoio à execução das ações dos PGIs – aliado ao eixo do fortalecimento institucional, compreende as estratégias voltadas para a viabilização das ações, medidas e projetos previstos nos PGIs.

Fora a dinâmica em grupo, foram preparados três quadros com o objetivo de facilitar a sistematização das propostas dos grupos. Cada um deles foi direcionado a um dos eixos estratégicos de ação e incluíram as principais questões relacionadas para discussão. A dinâmica de trabalho em grupo foi dividida em dois momentos, sendo o primeiro voltado para a discussão das recomendações dos participantes e o segundo para a identificação dos encaminhamentos objetivos das recomendações, considerando as ações, os responsáveis e os requisitos para a sua implementação.

Outro material utilizado, como apoio à moderação, foi a listagem das recomendações preliminares expostas na palestra que serviu de referência para o encaminhamento das propostas levantadas pelos participantes.

Para apoiar o *workshop* e especialmente a dinâmica de grupo, a equipe do IBAM elaborou também uma cartilha (Anexo C) com uma apresentação do contexto geral da avaliação, seus objetivos, metodologia e principais resultados revelados, incluindo os ganhos diretos e indiretos da implementação do Projeto Orla e um quadro com os problemas identificados, suas causas e conseqüências. Esta cartilha foi distribuída a todos os participantes no momento da inscrição para o Seminário.

Cada grupo contou com a moderação de um membro da equipe do IBAM e com dois instrutores do Projeto Orla no papel de relatores da dinâmica. O quadro modelo de sistematização dos resultados, as instruções para o trabalho de grupo e a lista de recomendações preliminares encontram-se no Anexo D.

Plenária

Nesta terceira e última etapa do *workshop* foi realizada a apresentação dos resultados pelos três relatores, abrindo-se um intervalo entre elas para a discussão coletiva pelos participantes, com o registro imediato das sugestões feito (com caracteres vermelhos) diretamente no quadro utilizado no trabalho em grupo e projetado no telão.

Após a plenária, e dando seqüência ao restante da programação do Seminário, foram formados três grupos para a montagem preliminar das agendas de implementação do Projeto Orla, com a identificação das recomendações prioritárias para os grupos das OEMAs, da GRPUs e dos Municípios.

4.3.Resultados da Dinâmica em Grupo

O principal ganho da dinâmica foi, sem dúvida, a oportunidade de reunir, em torno da mesma mesa de discussões, os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, as Gerências Regionais do Patrimônio da União nos estados costeiros, os representantes dos oito municípios dos estudos de caso, representantes de outros Ministérios e de outras áreas do MMA, ONGs, entidades diversas e instrutores do Projeto Orla na busca da superação das questões identificadas na pesquisa.

Nesse sentido, avançou-se na integração entre as OEMAs e GRPUs para o estabelecimento de uma agenda comum que priorizasse a atenção aos municípios e a definição de estratégias articuladas para o resgate de princípios e os desdobramentos do Projeto Orla.

A atividade foi desenvolvida em três grupos de trabalhos, com objetivo de gerar debates de caráter mais geral, a partir de uma visão nacional abrangente dos problemas e das suas possíveis soluções, além de discutir recomendações e estratégias para o fortalecimento do Projeto Orla. A formação de cada um dos grupos atendeu aos critérios estabelecidos pela Coordenação Nacional, buscando agregar os representantes dos municípios, os representantes das OEMAs, das GRPUs e de demais instituições presentes no evento. Tais trabalhos foram mediados pela equipe do IBAM que orientou as discussões, junto com a relatoria dos instrutores do Projeto Orla e com o apoio da Coordenação Nacional do MMA e SPU.

A critério de cada grupo, e da aprovação do moderador, foram observadas nuances ou complementos à dinâmica programada.

A seguir são apresentados os resumos executivos das dinâmicas de cada Grupo, com a descrição temática e a identificação dos moderadores e relatores:

GRUPO A . DIVULGAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO PÚBLICA

Moderador: Ricardo Voivodic

Relatores: Leonardo Tinôco e Maria Judith Póvoa Passos

Problemática geral que norteou a discussão:

- Não comprometimento político dos gestores municipais;
- Pouca participação dos Legislativos Municipais;
- Pouco conhecimento dos objetivos e das ações do Projeto;
- A população dos municípios não tem conhecimento das ações dos PGIs.

O grupo que tratou das questões relativas a divulgação, mobilização e sensibilização pública, propôs recomendações focadas na superação das questões específicas apontadas na definição dos eixos estratégicos de ação, quais sejam:

Não comprometimento político dos gestores Municipais

Muito foi discutido com relação aos problemas enfrentados pelos municípios e as causas da falta de comprometimento político dos gestores com a implementação do Projeto Orla. Entretanto, como estratégia nacional para superação dessa questão, optou-se por focar na criação de uma agenda de sensibilização sob a responsabilidade da Coordenação Nacional com estreita interface com as Coordenações Estaduais. Os encaminhamentos no âmbito dessa agenda de sensibilização envolveriam as seguintes ações:

- Realizar uma reunião executiva da Coordenação Nacional com prefeitos e Coordenações Estaduais para retomada dos PGIs;
- Oportunizar os fóruns já existentes para a sensibilização dos prefeitos;
- Realizar um seminário da Coordenação Nacional com os gestores de municípios em cada estado;
- Realizar seminários e encontros locais para discutir o Projeto, mobilizando a sociedade civil como mecanismo de sensibilização ao gestor municipal.

A criação de um sistema de premiação das melhores práticas poderia ser outra estratégia a ser adotada como forma de envolvimento dos gestores no Projeto Orla e abrangeria um importante componente de divulgação e replicação do Projeto, contando com componentes distintos, a saber:

- Concurso para premiação das experiências exitosas;
- Estabelecimento de prêmio “amigo da orla” ou “prefeito da onda” para os bons gestores da orla, articulado a outras questões ambientais reconhecidas pela sociedade;

- Lançamento do “Selo Verde” do Projeto Orla com premiação para outras iniciativas, a exemplo do Bandeira Azul¹.

Pouca participação dos Legislativos Municipais

A partir da apresentação de informações que apontam a baixa participação das Câmaras Municipais no Projeto Orla, o debate ocorrido no grupo buscou apontar caminhos para fomentar a discussão e incorporação dos PGIs junto às Câmaras Municipais, o que foi definido a partir de dois encaminhamentos possíveis:

- Fomentar a incorporação na legislação municipal dos fundamentos dos PGIs;
- Assegurar o espaço de participação das Câmaras Municipais na composição dos CGs.

Foi, ainda, sugerido que esses encaminhamentos devam ficar a cargo das Coordenações Estaduais e dos instrutores que apoiariam os municípios no processo de elaboração do PGI.

Pouco conhecimento dos objetivos e ações do projeto

Essa questão foi amplamente debatida, resultando em um conjunto de recomendações e encaminhamentos. A primeira delas diz respeito à criação de um plano de divulgação do Projeto Orla, apresentando esclarecimento sobre o entendimento geral sobre o projeto e destacando a importância em âmbito nacional. A ideia força contida nessa recomendação seria a busca por ampliar a articulação com a sociedade civil organizada. Os principais encaminhamentos nesse sentido seriam:

- Elaborar folheto/folder de divulgação do Projeto Orla;
- Reformular o portal unificado do Projeto Orla com *link* nas páginas do MMA e MP/SPU na internet incluindo conteúdos, tais como:
 - PGIs elaborados;
 - base legal do Projeto Orla;
 - experiências exitosas;
 - possíveis fontes de recursos;
 - exemplos e modelos de normatizações (regimento interno dos comitês, CTEs);

¹ O Programa Bandeira Azul é uma distinção atribuída anualmente pela Fundação para a Educação Ambiental (FEE) a praias (marítimas e fluviais) e marinas que cumpram um conjunto de requisitos de qualidade ambiental, segurança, bem-estar, infra-estruturas de apoio, informação aos banhistas e sensibilização ambiental. No Brasil o Instituto Ambiental Ratonês (IAR), OSCIP sediada em Florianópolis, é o representante nacional do programa Bandeira Azul (Operador Nacional).

- fórum de discussão para encaminhamentos de dúvidas e troca de experiências;
 - boletim informativo;
 - banco de dados dos municípios, entre outros.
- Buscar o envolvimento (acompanhamento - participação) das escolas no processo – requer a criação de uma cartilha específica.
- Mapear e utilizar os fóruns existentes para a sensibilização, comunicação e informação sobre o Projeto Orla para a sociedade civil.

Entende-se que, por se tratar de uma estratégia nacional de divulgação do Projeto Orla, essas ações caberiam essencialmente à Coordenação Nacional, com apoio das Coordenações Estaduais quando possível, principalmente no tratamento de questões específicas.

A população dos municípios não tem conhecimento das ações dos PGIs

Essa questão foi discutida no grupo a partir de duas premissas diferenciadas: o viés informativo, no qual o PGI, com suas ações previstas e agenda de execução é divulgado à população; e o viés da construção de estratégias de mobilização e participação social, no qual é esperado um papel ativo da população também nas etapas posteriores à elaboração do PGI.

Assim, os encaminhamentos prevêem ações segundo essas duas linhas:

- Cartilha simplificada do conteúdo do PGI;
- Fortalecimento do processo de planejamento envolvendo a população no acompanhamento do PGI após a Audiência Pública.

As Coordenações Estaduais e locais devem assumir a responsabilidade por esses encaminhamentos.

GRUPO B . FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Moderadora: Adriana Nascentes

Relatores: André Papi e Carlos Henrique Nóbrega

Problemática que norteou a discussão:

- Colegiados - Comissão Técnica Estadual e Comitê Gestor não foram instituídos na maioria dos municípios e estados;
- Ausência do setor empresarial, inclusive da construção civil, nas discussões dos PGIs;

- Não envolvimento do Ministério Público no processo do Projeto;
- Pouca capacidade técnica da maioria dos Executivos Municipais para atuação nas etapas do Projeto;
- Indefinição das LPMs e incapacidade das equipes locais de incorporarem esta informação nos seus mapas e nas suas bases de dados.

As discussões desse grupo abordaram as questões oriundas das fragilidades identificadas quanto aos arranjos institucionais do Projeto Orla, abordando a interface política com os colegiados existentes, a capacidade técnica dos municípios, a ausência de importantes setores econômicos na discussão das ações, entre outros assuntos.

Dada a dimensão dos assuntos abordados por este grupo, a discussão foi estruturada de forma linear, com a recomendação seguida de um ou mais encaminhamentos, com a definição de responsáveis e, em alguns casos, requisitos, agrupados segundo identificação de questão chave, conforme descrito a seguir.

Comitês Gestores e Comissões Técnicas Estaduais do Projeto Orla

- aproveitar a estrutura de colegiados existentes e atuantes nos municípios para desenvolverem a função do Comitê Gestor da Orla. Para isso, o encaminhamento necessário seria o levantamento dos colegiados existentes por parte das Coordenações Estadual e local, com o apoio dos instrutores do Projeto Orla;
- desenvolver critérios e modelos de organização (representatividade, paridade, legalidade, entre outros) para a composição do Comitê Gestor, ação que ficaria a cargo da Coordenação Nacional;
- capacitar de forma continuada os envolvidos no Projeto Orla (Comitê Gestor, CTE, gestores públicos, sociedade civil organizada, entre outros). Uma opção de encaminhamento seria a inserção dos conceitos e da metodologia de implementação do Projeto em programas de capacitação existentes. Outra opção seria a criação e execução de programa específico de capacitação com módulos de aprofundamentos sobre os diferentes temas da gestão da orla.

Conflitos de competência e comprometimentos institucionais em cada etapa do Projeto Orla e as necessidades de articulação com outros ministérios

- esclarecer quanto ao comprometimento, competências e atribuições dos entes envolvidos no processo (CTE, CG, OEMA, GRPU etc.), com vistas a consolidar as competências e atribuições desses entes e formalizar instrumentos específicos;
- envolver os Ministérios das Cidades e do Turismo no Projeto Orla, visando

reforçar a articulação. Não se trata, porém, de uma proposta de integração desses ministérios à Coordenação Nacional, mas da necessidade de fortalecer a ação matricial.

Homologação e divulgação da LPM (cabará à SPU/GRPU)

- divulgar aos estados e municípios as áreas que já possuem a LPM homologada;
- identificar, demarcar e homologar nacionalmente a LPM e dar ampla divulgação.

Envolvimento do Ministério Público

- envolver o Ministério Público e a Capitania dos Portos desde o início do processo visando à discussão da problemática da orla de uma forma global, não se limitando a questões pontuais. Para isso, propôs-se a realização de evento visando a sensibilização destes atores quanto a importância e potencialidades do Projeto Orla para resolução dos conflitos nessa faixa, e dar conhecimento sobre as diretrizes do Orla de forma que estes possam participar de forma mais propositiva.

Implementação e acompanhamento das ações do PGI

- incluir as ações definidas nos PGIs nas LDOs e nos PPAs nas esferas federal, estadual e municipal;
- envolver preferencialmente pessoas do quadro efetivos nas representações do poder público do Projeto Orla (CTE e CG), visando minimizar os efeitos negativos decorrentes da descontinuidade do processo;
- promover a participação dos representantes dos municípios nas reuniões da CTE como ouvintes, conforme pauta que lhes diga respeito;
- promover a articulação do Projeto Orla com o SISNAMA (Comissão Tripartite Estadual);
- esclarecer sobre o papel e as atribuições da rede de instrutores;
- garantir aos envolvidos no Projeto a estrutura necessária para o desenvolvimento de suas funções;
- realizar a avaliação sistemática, por parte da CTE, do andamento do projeto junto aos municípios.

GRUPO C . FOMENTO E APOIO À EXECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NOS PGIs

Moderador: Alberto Costa Lopes

Relatores: Luiz Alberto Souza e Neres Bitencourt

Problemática que norteou a discussão:

- Descontinuidade na implementação do Projeto Orla nos Municípios
- A maioria dos PGIs não tiveram as suas ações implementadas
- Número insuficiente de oficinas para elaboração dos PGIs
- Falta de recursos financeiros específicos para a implementação das ações previstas nos PGIs

O grupo buscou trabalhar as estratégias de apoio aos municípios, no que tange à implementação dos PGIs, entendendo que a não implementação das ações, observada na pesquisa, constitui uma fragilidade do Projeto Orla.

- Atribuir ao GI-GERCO, através do G17, a tarefa de articular a priorização das ações dos municípios inseridos no Projeto Orla, entre os diversos órgãos federais envolvidos;
- Efetuar o direcionamento correto das ações previstas nos PGIs buscando inseri-las nas peças orçamentárias (municipal, estadual, federal);
- Sensibilizar os candidatos eleitos para os mandatos municipais quanto à necessidade de continuidade do Projeto Orla;
- Promover a inserção das ações dos PGIs nos instrumentos legais pertinentes de forma a garantir as suas implementações (ex. Planos Diretores);
- Demandar a efetiva aplicação do Art. 1º do Decreto 3.725/2001, que regulamenta a Lei n. 9.636/98) (convenio/compartilhamento de receita);
- Estabelecer critérios para a seleção dos municípios pilotos na assinatura dos convênios para compartilhamento de receita;
- Adequar a aplicação da metodologia do Projeto a particularidades locais (número de instrutores, consórcios municipais, condições de adesão, recorte espacial, inserção em região metropolitana etc.);
- Fortalecer a participação e a mobilização de instituições da sociedade civil organizada;
- Fortalecer os Comitês Gestores, as Coordenações Estaduais e membros da Sociedade Civil, na implementação das ações dos PGIs.
- Celebrar Convênios e Acordos de Cooperação Técnica com Universidades e entidades afins para apoiar, de forma regionalizada, o Projeto Orla e garantir a

sua continuidade tanto para novos Planos quanto para a revisão dos Planos já elaborados;

- Apoiar às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que promovem cursos de graduação e pós-graduação direcionados para a formação de pessoal para atuar no planejamento e na gestão territorial com ênfase na orla;
- Definir com clareza fontes de receitas específicas para as etapas de elaboração e de implantação dos PGIs;
- Garantir a criação de Comitês Gestores deliberativos, instituídos por Lei Municipal, com regimento oficializado;
- Buscar apoio da Advocacia Geral da União e dos Ministérios Públicos para o Projeto Orla;
- Mudar o nome da Oficina de Capacitação para Oficina de Elaboração do Plano, nos processos de implementação do Projeto.

ANEXO A

Programa do 2º Seminário do Projeto Orla

Avaliação do estado atual de implementação do Projeto Orla
Produto 5

Programação

06 de Agosto

Noite

18:30 Credenciamento

19:00 Abertura do seminário

Susana Kahn - Secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (MMA)

Alexandra Reschke – Secretária de Patrimônio da União (MP)

Juliano Sousa Matos – Secretário de Meio Ambiente do Estado da Bahia

Eduardo Mattedi Furquim Werneck – Superintendente de Política para a Sustentabilidade da Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia

Eduardo Farina – Superintendente de Investimentos Turísticos da Secretária de Turismo do Estado da Bahia

Ana Lucia Vilas Boas – Gerente Regional do Patrimônio da União na Bahia

Antonio Fernandes – Representante da Associação Nacional dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA)

Victor Zveibil – Superintendente de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do IBAM

20:00 Posse da Comissão Técnica do Projeto Orla da Bahia

20:30 Coquetel de confraternização

07 de Agosto

Manhã

09:00 Abertura dos trabalhos

09:15 Resultados da pesquisa: Estado atual de implementação do Projeto Orla

10:15 Comentários em plenário aos resultados da pesquisa

10:40 Apresentação da dinâmica de grupo

11:00 Inscrição para dinâmica de grupo e distribuição de material de apoio

11:15 Dinâmica de grupo (em salas)

12:30 Almoço

Tarde

14:00 Dinâmica em grupo - continuação

16:40 Coffeebreak

17:00 Palestra "Macrodiagnóstico da Zona Costeira" - Ademilson Zamboni (MMA)

18:00 Fechamento dos trabalhos do dia

08 de Agosto

Manhã

09:00 Palestra "Política de gestão do patrimônio da União"

Alexandra Reschke (MP/SPU)

10:00 Apresentação em plenária dos resultados das dinâmicas

12:30 Almoço

Tarde

14:00 Construção da Agenda imediata do Projeto Orla

16:00 Coffeebreak

16:20 Construção da Agenda imediata do Projeto Orla - continuação

17:30 Encerramento

Local:

Centro de Convenções da Bahia
Av. Simon Bolivar s/nº, Salvador – BA

ANEXO B

**Apresentação em *power point* dos resultados preliminares da
pesquisa**

ANEXO C

Cartilha do Seminário

ANEXO D

Insumos do *Workshop*

*(folha de instruções, quadro de recomendações e listagem das
recomendações preliminares)*

ANEXO E

Resultado das dinâmicas em grupo

(propostas dos grupos e lista de presença dos participantes)

ANEXO F

Lista de Abreviaturas e Siglas

- APEDEMA - Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente
- CG – Conselho Gestor do Projeto Orla
- CIRM – Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
- CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
- CTE – Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla
- FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente
- GERCO – Gerenciamento Costeiro
- GIGERCO – Grupo de Integração de Gerenciamento Costeiro
- GRPU – Gerências Regionais do Patrimônio da União
- G17 – Grupo de Representantes dos 17 estados costeiros que integra o Gi-GERCO
- IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal
- LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
- LPM – Linha de Preamar
- MMA – Ministério do Meio Ambiente
- MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- OEMA – Órgãos Estaduais de Meio Ambiente
- PGI – Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima
- PNMA – Programa Nacional de Meio Ambiente
- PPA – Plano Plurianual
- PROMATA - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco
- SPU – Secretaria do Patrimônio da União
- SMCQ/MMA – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente
- ZEEC – Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro